

ESPAÇO SOCIALISTA

Nº 78 - Maio de 2015

Contribuição: R\$ 1,00

Organização Marxista Revolucionária



AGORA É CONSTRUIR A GREVE GERAL NA BASE!

CONJUNTURA NACIONAL

CONSTRUIR NAS LUTAS UMA SAÍDA
INDEPENDENTE

PL 4330 E TERCEIRIZAÇÃO

PRECARIZANDO O TRABALHO PARA
AUMENTAR O LUCRO

ABERTURA DE CAPITAL

CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA CAIXA
ECONÔMICA FEDERAL

GLADIADORES DO ALTAR

PERSEGUIÇÃO A RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS
E AOS ARTISTAS...

TRANSFOBIA

SOMOS TODAS VERÔNICA! PELO FIM DA
TRANSFOBIA

FORMAÇÃO

O QUE É O SOCIALISMO?

PT, PSDB, PMDB: DISPUTAM, MAS TÊM ACORDO EM ATACAR OS TRABALHADORES !

CONSTRUIR NAS LUTAS UMA SAÍDA INDEPENDENTE E SOCIALISTA

A situação político-econômica atual é bastante instável. O modelo econômico, que permitiu crescimento econômico primeiro a partir do boom das matérias primas e depois pelo aumento do endividamento do Estado e das famílias, está esgotado. A opção do capital é manter ou aumentar a lucratividade, mesmo com um volume de produção menor. Isso porque a competição no mercado mundial também se acirrou nesse período. Cada empresa passa a cortar custos e aumentar a exploração sobre cada trabalhador. Daí as milhares de demissões pelo país afora, principalmente nos polos industriais, assim como a sobrecarga de trabalho.

A recessão é expressão do esgotamento de modelo econômico anterior e é também o meio de impor aos trabalhadores o desemprego e o rebaixamento das condições de trabalho. Esse quadro de recessão questiona o aumento da arrecadação do Estado, mas, por outro lado, há um aumento brutal dos juros e amortizações da Dívida Pública. Isso no ano passado já era absurdo, agora é insano. São 1,350 trilhões de reais que deverão ser pagos em juros e amortizações do serviço da Dívida.

Essa combinação entre maior dificuldade de arrecadação (devido à recessão) e, ao mesmo tempo, o aumento da montanha de recursos destinados ao serviço da Dívida requer um enorme aperto fiscal. Não é à toa que os cortes no orçamento têm sido brutais e a situação dos serviços que já era péssima está indo à precarização e destruição até mesmo dos pressupostos físicos como prédios e equipamentos básicos. Os ataques à carreira e ao salário dos funcionários públicos da Educação e da Saúde estão nesse contexto. As greves de professores em mais de 10 estados expressam reações a esse aperto fiscal que é uma política geral de Estado, independente dos partidos que estejam nos governos federal, estadual e municipal.

Ao mesmo tempo esse quadro coloca um maior acirramento na disputa dos diversos setores da burguesia e os partidos que os representam pelo

orçamento do Estado. Já vimos que a parte de leão tem dono: o capital financeiro, que foi contemplado com a nomeação de Joaquim Levy que implementa um duríssimo aperto fiscal para que sobre mais dinheiro para os agiotas da Dívida. Mas, e o restante do orçamento? Temos aí a chave para entender grande parte das disputas, que vimos presenciando o PMDB protagonizar, pelos postos mais rentáveis e que tem sido vitorioso. Já ocupa os principais Ministérios em termos econômicos: Da indústria e comércio, Agricultura, Minas e Energia, etc.

Além disso, detém a presidência da Câmara dos Deputados e do Senado e conseguiu também que fosse nomeado Michel Temer para a articulação política junto ao Congresso. Ou seja, podemos afirmar que o PMDB é co-governo, pois tem a condição de impor à presidente Dilma e ao PT não apenas derrotas nas duas Câmaras, mas também tem a iniciativa de movimentar legislações e processos (como retomar o PL 4330). Ou seja, o poder que o PMDB adquiriu é enorme. O PT não pode mais dar um passo sem consultar, levar em conta e atender as chantagens e os interesses do PMDB. Foi o que o próprio PT plantou ao utilizar o mesmo estratagema de FHC, isto é, de governar se adaptando a manter uma maioria no Congresso somente com um partido que expressa as frações do capital produtivo mais umbilicalmente dependente do Estado.

Por outro lado, também há uma questão estratégica mais diretamente envolvida: quais os planos do capital para o próximo período particularmente para as eleições de 2018? Está nítido que os setores dominantes do capital não têm a pretensão imediata do Impeachment, pois momentaneamente não vislumbram outra alternativa de governo que possa dar mais estabilidade que o problemático arranjo entre PT/PMDB. Entretanto, os movimentos para a mudança de partido

no governo já começam a se dar.

Mas, desalojar o PT do aparato de governo federal não é uma tarefa simples. Nos últimos anos o PT montou um grande esquema em que se acoplaram o aparato do partido, a burocracia política (sindical e de estado) e os esquemas de corrupção já existentes e potencializados com o envolvimento de empresas e fundos de pensões. O mensalão e as denúncias da Petrobras são apenas a ponta do iceberg. Parte da arrecadação do Estado foi direcionada para esses setores da burocracia e essas empresas, a outra parte foi para políticas e programas sociais, isenções de impostos, etc.

Com o acirramento da crise, cada vez mais daqui para frente, setores da burguesia vêm a necessidade de se apossar diretamente dessa fatia apropriada pela burocracia e burguesia ligada ou beneficiada pelo PT. Além disso, projeta-se a necessidade de ataques muito mais profundos aos trabalhadores que tornem necessário um governo que enfrente diretamente e procure derrotar os movimentos para impor níveis muito mais profundos de exploração e controle.

Assim, por enquanto, a linha principal do empresariado expressa nos principais veículos da mídia é, por um lado, a pressão constante para que o PT aplique, o mais profundamente possível, o receituário liberal e, por outro, a necessidade de ir sangrando sua imagem e o desalojando do aparelho do Estado a fim de preparar sua substituição em 2018 por um governo com menores mediações. Ao PT já desgastado e sem a mesma aura do passado voltaria a caber o papel de oposição, combatendo os excessos e relembando os tempos menos piores com

Este jornal é editado mensalmente sob responsabilidade da coordenação nacional do Espaço Socialista. Os textos assinados não necessariamente expressam a opinião da organização.

CONTATOS

www.espacosocialista.org
espacosocialista@hotmail.com

SIGA-NOS NO FACE

facebook.com/espacosocialista1

Lula, Dilma, etc. Esse parece ser o seu projeto, o que não quer dizer que seja o único. Se a crise em nível mundial se agravar e trazer a necessidade de antecipar tudo, então a possibilidade de impeachment estaria colocada, o que, porém, não é o caso hoje.

Por outro lado, o PT não é um adversário fácil de ser combatido, principalmente porque até agora não há uma alternativa mais eficaz e que trouxesse vantagens frente ao fato do PT controlar, de certa forma, as principais organizações e movimentos dos trabalhadores. A aposta no Aécio, ainda está longe de ser consensual. Há nomes correndo por fora como Alckmin, Marina e outros ainda poderão surgir.

Além disso, desalojar o PT do Estado, ao mesmo tempo em que esses demais partidos atacam os direitos dos trabalhadores no Congresso e nos estados, não é uma tarefa simples, pois permite que o PT tente se apresentar aos trabalhadores como menos pior que o PMDB, PSDB, PP, etc. E, nos estados e municípios em que esses partidos governam, o PT e seu bloco vêm dirigindo greves e mobilizações que contribuem para desgastá-los. Assim, no próximo período teremos uma situação mais caracterizada pelo “sujo falando do mal lavado”, em que uns atacam os demais, mas, todos aplicam basicamente o mesmo receituário contra os trabalhadores.

CONTRA OS ATAQUES DO CAPITAL E DOS GOVERNOS! CONSTRUIR A GREVE GERAL PELA BASE!

Não se pode adotar nenhuma postura de apoio ou convivência com nenhum dos dois blocos (PSDB e seu bloco) ou (PT

GREVE GERAL

e seu bloco), pois ambos, mesmo apesar de representarem frações diferentes e mediações diferentes, representam os interesses do capital em seus ataques contra os trabalhadores.

O desafio é justamente construirmos uma saída que imponha os interesses dos trabalhadores, o que ocorrerá a partir e através do avanço das lutas diretas (greves, ocupações, bloqueios), mas, fundamentalmente, através de sua consciência anticapitalista e de organização independente. Cada vez mais é preciso se desvencilhar-se da estratégia parlamentar. A falência do projeto do PT mostra nitidamente isso. Não existe saída para os problemas dos trabalhadores por dentro do parlamento burguês e das eleições burguesas. Pode-se até utilizar esses espaços para denúncia, mas sem gerar a menor ilusão de que se possam obter melhorias qualitativas. O combate ao capital e ao seu Estado é central!

Nesse sentido, para responder ao conjunto dos ataques que vimos vivenciando (ver matéria nessa edição sobre a Terceirização) e aos que estão por vir (Reforma da Previdência, Flexibilização/fim dos direitos trabalhistas, avanço da meritocracia e da privatização nos serviços públicos) precisamos avançar na nossa organização nos locais de trabalho, no sentido da

Construção da Greve Geral.

Sabemos que as centrais governistas (CUT, CTB, etc.) e as que defendem o bloco do PSDB (Força Sindical, etc.) não pretendem barrar esses ataques a não ser que sejam obrigadas, pelos trabalhadores de base e, mesmo assim, farão de tudo para que seja um movimento limitado e com pouco impacto.

Assim, o desafio se coloca de modo decisivo para os setores de esquerda, em especial para as maiores correntes políticas (PSTU e PSOL) que dirigem, respectivamente, a CSP-CONLUTAS, a INTERSINDICAL, Unidos Pra Lutar, etc. e também para as direções dos movimentos populares mais representativos (como MTST, MPL, etc.) para que deem passos concretos chamando a construção da Greve Geral Pela Base, agitando essa necessidade em setores amplos, como na base das categorias, escolas, universidades, terminais e nas redes sociais.

Porém, mais do que isso é preciso caminhar na efetivação prática desse movimento. Defendemos a realização de uma Plenária Nacional de Entidades e Movimentos do campo antigovernista para apontar propostas, atividades e um Programa dos Trabalhadores para fazer frente aos ataques que se colocam. Se as maiores organizações de esquerda não assumirem esse papel e ficarem apenas na exigência às centrais governistas para que encabecem a construção da Greve Geral significará, na prática, deixar de se colocar como alternativa, permitindo que os trabalhadores fiquem órfãos na defesa de seus direitos e na luta contra os setores mais reacionários.

TERCEIRIZAÇÃO: PRECARIZANDO O TRABALHO PARA AUMENTAR O LUCRO

No dia 22/04, a Câmara – com a maioria de deputados financiada por banqueiros, empreiteiros e empresários – finalizou a votação do PL 4330. Entre muitas mudanças a mais prejudicial é a possibilidade de terceirizar todas as áreas de uma empresa.

Apesar do ataque, não foi aprovado definitivamente. Irá para o Senado. E se tiver modificações voltará para a Câmara. Somente depois seguirá para a sanção da Dilma. Ou seja, tem muita luta ainda

até o arquivamento desse projeto.

O QUE É RUIM PODE PIORAR

Se, de um lado, há uma ampla mobilização de trabalhadores contra o PL 4330 (proposto pelo empresário Sandro Mabel quando era Deputado), por outro lado, a patronal faz, com várias mentiras, a campanha pela aprovação dele como o comercial da Federação das Indústrias (FIESP).

O fato de os empresários

defenderem já é uma demonstração de que esse projeto significa um dos maiores ataques aos direitos trabalhistas em décadas, pois se estende não somente às atividades passíveis de terceirizações, mas a própria retirada de direitos e a redução de salários, que passam a ameaçar o conjunto da classe trabalhadora. Essa história de que querem regulamentar é mentira.

Também piora ainda mais as condições de trabalhadores terceirizados.

Ou seja, o que é muito ruim pode ficar ainda pior. O objetivo principal da proposta é permitir a terceirização de qualquer área das empresas. No caso dos bancos, por exemplo, se aprovado esse projeto, as atividades de abrir conta, atendimento ao público e etc. poderão ser realizadas por outras empresas. Na Educação ao invés de concurso público uma empresa poderá fazer a contratação de professor. Uma empresa como a Volks, por exemplo, poderá funcionar e produzir milhões de carros sem ter um empregado direto. Pode repassar a linha de produção para uma empresa, a pintura para outra, a ferramentaria para outra e assim por diante.

Hoje não é assim. Historicamente as empresas, procurando reduzir os custos e também burlar direitos trabalhistas, sempre tentaram terceirizar todas as suas atividades, mas a resistência e luta da classe trabalhadora conseguiu impor limites. Mesmo não tendo uma legislação específica os trabalhadores conseguiram impedir a terceirização nas atividades-fim, como linha de produção. Essa luta obrigou o TST (Tribunal Superior do Trabalho), pela Súmula 331, a rejeitar a terceirização nas atividades-fim das empresas. Interpretação seguida inclusive pelo setor público, conquista que agora está ameaçada.

TERCEIRIZADOS, TRABALHADORES PRECARIZADOS E SUPEREXPLORADOS

Segundo dados do DIEESE - são vários os problemas que os trabalhadores terceirizados enfrentam. A aprovação do projeto vai fazer com esses problemas se ampliem para toda a classe trabalhadora. Em 2013, dos quase 50 milhões de trabalhadores que compunham a força de trabalho formal (públicos, privados e empregos domésticos com carteira assinada) 12,7 milhões já eram terceirizados, ou seja, aproximadamente 26% já enfrentam os seguintes problemas:

√ Recebiam, em média, um salário 30% menor do que o de um trabalhador contratado diretamente;

√ Entre 2010-2013, dos casos de resgate de trabalhadores em "situação análoga à escravidão" (nome jurídico burguês para trabalho escravo) quase 3.000 dos 3.553 eram trabalhadores terceirizados;

√ Em 2013, no setor elétrico: Dos 79 óbitos, 61 eram terceirizados e 18



empregados diretos. Na construção civil: dos 208 trabalhadores mortos em decorrência de acidentes de trabalho 141 eram terceirizados;

√ Em relação à rotatividade: é o dobro da que existe entre empregados diretos;

√ A jornada de trabalho é maior, em média, 3 horas semanais. Isso desmonta o argumento de que a terceirização gera mais emprego, o efeito é exatamente o contrário.

ENQUANTO PT DIZ-SE CONTRA O PROJETO, DILMA QUER GARANTIR A ARRECADAÇÃO

Não é possível descontextualizar o esforço que a burguesia e os parlamentares da direita têm feito para a aprovação desse PL da conjuntura econômica e política nacional. Após o esgotamento tanto da política de incentivo ao consumo como da expansão do crédito (para empresas e famílias), a burguesia busca novas formas de manter a lucratividade nos níveis que o capital necessita. É uma necessidade, dentro da lógica do capital, impor sobre os trabalhadores mais exploração.

Essa é a razão de as entidades empresariais, com a FIESP à frente, estarem fazendo tanta pressão pela aprovação do PL 4330. É parte de uma política mais geral de atacar direitos e garantir a lucratividade do capital em um momento de aprofundamento das contradições da economia capitalista.

Se em outros momentos os ataques (como a Reforma da Previdência, por exemplo) se direcionaram para alguns setores da classe, esse projeto atinge o conjunto da classe. Isso permitiu também unificar vários setores na luta. A resistência da classe trabalhadora fez com que a CUT e o próprio PT passassem a dizer que estão contra o projeto, inclusive votando contra na Câmara.

Mas, por trás da política petista e

cutista a verdade é bem mais cruel. Esse projeto, pelo controle que o governo tinha do parlamento e pelo peso da bancada petista, se quisessem, já poderia ter sido engavetado. Só agora, pressionados pelas mobilizações, se colocam contra.

Também se deve destacar que o governo, que tem o PT à frente, não moveu uma palha para o projeto ser derrotado. Pelo contrário, notamos que participa ativamente de negociações por meio do Ministério da Fazenda. Na terça-feira (14/04), às vésperas das mobilizações marcadas contra o PL, tentou, via Joaquim Levi, negociar alterações que possibilitariam manter a arrecadação do PIS, COFINS e FGTS, para que esses ficassem nas mãos da empresa contratante, visando unicamente garantir que os impostos fossem arrecadados. E sobre os demais pontos que atingiam os direitos dos trabalhadores total silêncio.

Por isso que não podemos tratar do PL 4330 de forma isolada. Como dissemos, é parte de uma política mais geral do capital. Lembremos que no dia 30 de Dezembro Dilma editou duas Medidas Provisórias (MPs 664 e 665) para mexer em direitos como a pensão por morte e o seguro desemprego, com isso mostrou que estava ao lado da patronal e contra manter as conquistas históricas da classe trabalhadora.

A TERCEIRIZAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO

Muito se comemorou a aprovação de uma emenda que proíbe a terceirização nas áreas-fim em empresas públicas e mistas, como a caixa Econômica e o Banco do Brasil, por exemplo. O PT e a CUT logo alardearam que estava impedida a terceirização nos órgãos públicos. Pura mentira!

Primeiro, na votação das emendas de 22/04 houve a aprovação de uma emenda "que estende os direitos previstos no projeto aos terceirizados da administração direta e indireta", ou seja, uma brecha que pode permitir a terceirização nas atividades-fim da Administração Pública direta e indireta.

Segundo, curiosamente no dia das mobilizações, o STF reconheceu a constitucionalidade da lei 9637/98 que reconhece as OSs (Organizações Sociais) e permite a realização de convênios entre a Administração Pública com essas

organizações sem licitação. A ironia está no fato de que a ADI foi proposta pelo PT, mas agora apoia a sua aplicação.

A consequência é privatização e terceirização da gestão de serviços públicos na área de saúde e Educação. Isso significa que estão dispensados os concursos públicos e não se há necessidade de licitação. Na prática é a retirada do Estado em áreas fundamentais do serviço público. Em relação à força de trabalho somam-se aí salários menores, fim da estabilidade, contratação sem concurso, etc.

A LUTA AINDA NÃO ACABOU. SÓ A LUTA MUDA A VIDA!

Amplios setores do movimento sindical e demais movimentos sociais construíram mobilizações expressivas, em 15/04, em todo o país. Paralisações e atividades ocorreram durante todo o dia. Durante a noite, em São Paulo, uma marcha reuniu pelo menos 40 mil trabalhadores. Outras atividades também foram desenvolvidas como panfletagens, palestras em universidades, etc., tudo como parte do Dia Nacional de Paralisações. O peso dessas mobilizações foi importante para ganhar a consciência de parcelas da classe e também obrigou

alguns partidos a reverem a posição, se colocando contra o projeto.

Mesmo com essa força as mobilizações não foram suficientes para impedir a votação na Câmara dos Deputados. Como já dissemos, o projeto segue entre os parlamentares, que não viam a hora de devolver os favores dos financiamentos de campanha ao empresariado. Somente depois vai à sanção presidencial. Ou seja, ainda não fomos totalmente derrotados, temos uma longa batalha pela frente.

Outra questão que deve ser ressaltado - um divisor de água em relação a CUT, por exemplo- é que estamos contra não só a esse projeto, mas contra a própria terceirização, que como vimos, é uma forma de aumentar a exploração sobre o trabalhador.

CONTINUAR MOBILIZADOS E NA CONSTRUÇÃO DA GREVE GERAL

Da mesma forma que o empresariado controla a economia mundial, controla também os cargos de decisão em cada país. Nós, trabalhadores, precisamos ter consciência disso e não nutrir ilusões em instituições como Congresso, Senado, STF e governo, pois só existem para manter a sociedade desigual sob controle.

Resta a nós, como maioria na sociedade, impor um outro caminho. Levantemos desde cada local de trabalho esse debate, é preciso reagir! Precisamos organizar paralisações nas categorias e juntos com estudantes, juventude trabalhadora e os demais movimentos sociais construímos a greve geral. Somente assim poderemos tentar reverter essa situação e fazer com que o empresariado e o governo recuem contra o aprofundamento da terceirização e da precarização do trabalho pelo atendimento de nossa pauta:

√ Retirada imediata do PL 4330! Incorporação dos trabalhadores terceirizados à empresa-mãe, com os mesmos direitos! Efetivação com os mesmos direitos de todos os temporários, estagiários e trainees!

√ Salário igual para trabalho igual! Por salário mínimo do DIEESE! Também para mulheres, negrxs e LGBTs!

√ Contra o desemprego redução da Jornada de Trabalho Sem Redução dos Salários até que haja empregos para todas/os! Estatização das empresas que ameacem demitir, sem indenização e sob controle dos trabalhadores!

√ Por um governo dos trabalhadores, apoiado em suas organizações de luta!

CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA CAIXA ECONÔMICA!

Entre as diversas maldades anunciadas logo no início do novo mandato pela Dilma – tais como os aumentos na conta de luz e preço da gasolina, os cortes no seguro desemprego, PIS e pensões – está a privatização da Caixa Econômica Federal (CEF), que foi apresentada com o pomposo nome de “abertura de capital”. Esse nome significa que a CEF deixaria de ter o capital 100% público, tal como é hoje, e passaria a ser uma empresa de economia mista, com ações em poder do governo e outras negociadas na Bolsa de Valores, nas mãos de investidores privados.

PRIVATIZAÇÃO JÁ AVANÇA NO BB

Esse modelo é o que já está em vigor hoje no Banco do Brasil (BB), já transformado em um banco comercial idêntico aos bancos privados, sem qualquer função pública, cujo objetivo é o lucro a qualquer custo, obtido com a venda de “produtos” bancários, tarifas

abusivas e juros extorsivos. Os funcionários vivem um cotidiano de excesso de serviço, cobrança de metas, assédio moral sistemático e adoecimento. Em 1998 foi mudado o regimento e todos os contratados desde então têm salários menores, menos direitos, não participam do mesmo fundo de pensão, etc. Não existe plano de carreira, para ganhar mais é preciso vender e se tornar gerente, e para se manter no cargo é preciso manter o desempenho de vendas, sob uma pressão permanente.

Recentemente, o BB anunciou a sua nova missão, “ser um banco de mercado com espírito público”. O “espírito público” significa que o Estado, ou seja, o dinheiro arrecadado de nós trabalhadores, fica com o investimento, e o “mercado” fica com o lucro. Em 2014 foram R\$ 11,24 bilhões de lucro (<http://www.valor.com.br>). Esse modelo já vem sendo aplicado desde os governos do



PSDB na década de 1990 e foi mantido sem alterações nos governos do PT. A gestão privatista vai vendendo o BB por fatias, como fez com a área de seguridade, aberta ao mercado em 2013 e a área de cartões, que foi repassada para uma sociedade em que a Cielo é maioria (<http://veja.abril.com.br>). A participação do Tesouro Nacional nas ações do BB caiu de 58,3% para 57,9% no ano passado (<http://economia.estadao.com.br>).

A CEF já está sendo preparada para esse modelo privatista mesmo sendo “100% pública”, pois nas suas agências já é rotina a falta de funcionários (que resulta em filas imensas), o excesso de serviço, a cobrança de metas. Em 2014 o lucro da CEF foi de R\$ 7,1 bilhões (<http://g1.globo.com>). O plano da

empresa é se transformar no 3º maior banco do país, entrando na briga direta com os gigantes Itaú, Bradesco e BB.

DIVIDIR PARA CONQUISTAR

A CEF é um objeto de desejo do mercado, já que possui o monopólio de atividades altamente lucrativas como as Loterias e o serviço de Penhor, além de administrar as contas do FGTS. Isso significa que a abertura de capital é um ataque não apenas aos seus funcionários, mas ao conjunto dos trabalhadores, já que se trata de mais um patrimônio público (ou seja, dos trabalhadores) entregue aos empresários (como o governo do PT já fez com rodovias, portos, aeroportos, áreas de preservação florestal, bancos estaduais e reservas de petróleo do Pré-Sal).

Para avançar na privatização e entregar as partes lucrativas, o governo teria que se livrar das partes desinteressantes e “sanear” a CEF, como diz o jargão do mercado. O primeiro passo seria livrar-se das dívidas do passivo trabalhista e do fundo de pensão dos funcionários (FUNCEF, cuja gestão, sob controle de diretores da empresa e sindicalistas do PT, investiu em inúmeros negócios duvidosos até ameaçar a própria solvência do plano). O segundo seria livrar a CEF da prestação de serviços sociais, como os pagamentos do PIS e do Seguro Desemprego, jogando a população mais carente para fora das agências.

E o terceiro passo seria quebrar a resistência dos funcionários, hoje o segmento mais combativo da categoria bancária, com maior adesão às greves e maior combatividade. O funcionalismo da CEF é também o mais prejudicado pelo governo, já que acumula perdas salariais em torno de 100% em relação a 1994 (no BB essas perdas estão em torno de 90% e nos bancos privados 30%).

A TRAIÇÃO DA CONTRAF-CUT

Para contornar a resistência dos funcionários, e também evitar problemas no momento mais agudo de questionamento ao seu governo, com manifestações pelo impeachment, etc., Dilma mudou de tática e voltou atrás em relação à abertura de capital. O ministro Joaquim Levy anunciou que não vai vender ações, por enquanto, mas vai vender a participação da CEF na Caixa Seguros, empresa do conglomerado encarregada de seguros, capitalização,

previdência privada, etc. (<http://www.correiobrasiliense.com.br>). Hoje parte da Caixa Seguros já é de acionistas privados e o governo vai vender o restante. Na prática, isso significa que os donos privados da Caixa Seguros vão usar a estrutura da CEF, seus funcionários e equipamentos (que teoricamente são “públicos”), para vender “produtos” e vão ficar com todo o lucro! O cotidiano dos funcionários da CEF vai ser ainda mais pesado com as novas metas de vendas. A lógica privatista segue sendo aplicada.

Ao invés de denunciar mais esse ataque e organizar a luta contra a privatização, seja ela por inteiro ou em fatias, a burocracia sindical que dirige os sindicatos de bancários, a CONTRAF-CUT, comandada pelo PT comemoraram o anúncio de que o governo vai vender “apenas” a Caixa Seguros como uma grande vitória e fruto da mobilização nacional dos bancários! Se ela aconteceu, a única certeza que temos é que foi apesar da CUT e das direções pelegas. A CUT tocou essa luta da forma superestrutural de sempre, por meio de defesas hipócritas da CEF 100% Pública em seus materiais, mas não encampando luta nenhuma de fato, pelo contrário, se colocando contra os comitês de base. Contra esse brutal ataque do governo do PT e a traição da burocracia sindical da CONTRAF-CUT defendemos e estamos construindo Comitês de base, a partir de cada local de trabalho, para levar a discussão a cada agência e departamento, organizando atos e paralisações onde possível, denunciando o estelionato eleitoral (há menos de 6 meses, nas eleições, Dilma prometeu não privatizar os bancos públicos), realizando manifestações públicas, cartas abertas aos clientes, explicando a gravidade da privatização e chamando os trabalhadores a defender o patrimônio público. A tarefa estratégica de tal Comitê, na verdade, seria levar a discussão sobre o papel do sistema financeiro na sociedade para o conjunto dos trabalhadores.

POR UM SISTEMA FINANCEIRO SOB CONTROLE DOS TRABALHADORES!

Na prática, seja com capital 100% público como a CEF ou em parte privado



como o BB, os dois bancos públicos já funcionam como instrumentos do capital financeiro. O lucro dos bancos públicos vai para seus acionistas (que inclui capitalistas privados, no caso do BB) e para o Tesouro Nacional. E hoje 45% do dinheiro arrecadado pelo governo federal vão para o pagamento dos juros da dívida pública, ou seja, para os mesmos banqueiros e especuladores privados. Em 2014 foram R\$ 978 bilhões, ou 10 vezes o que se gasta com a saúde, 11 vezes a Educação e 15 vezes a assistência social (dados da Auditoria Cidadã – <http://www.auditoriacidada.org.br>). Essa dívida é uma fraude, nós trabalhadores nunca pagamos esse dinheiro emprestado, todo ano paga-se uma fortuna e a dívida não para de aumentar, porque os juros são inventados por um comitê do Banco Central composto pelos próprios banqueiros e especuladores! Os trabalhadores precisam entrar em luta contra essa lógica e construir outro projeto para o sistema financeiro.

Chamamos todos a construir Comitês de Base e a se incorporar nos que já existem.

Acompanhe e venha às reuniões e atividades do Comitê de Base em São Paulo: <http://on.fb.me/1O76ze4>

- Contra a privatização, seja por abertura de capital ou qualquer outro formato! Contra a entrega de empresas públicas ao capital privado!

- CEF e BB 100% públicos e sob controle dos trabalhadores!

- Fim da venda de produtos, das tarifas abusivas e juros extorsivos! Crédito voltado para as necessidades dos trabalhadores e não para os capitalistas!

- Estatização do sistema financeiro sob controle dos trabalhadores!

- Não pagamento da dívida pública e uso desse dinheiro para obras e serviços públicos de saúde, Educação, transporte, moradia!

GLADIADORES DO ALTAR E O TEMOR DAS RELIGIÕES

AFRO-BRASILEIRAS

Em 2015 a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) apresentou um novo projeto intitulado “Gladiadores do Altar”, inicialmente com a proposta de fomentar aspirantes ao trabalho pastoral e trabalhar com os projetos sociais e evangelísticos da igreja, o grupo vem gerando polêmicas nas redes sociais, entre as religiões de matriz africana e, amplamente, na sociedade.

Para compreensão do atual fenômeno religioso concebe-se que toda produção espiritual de um povo, desde a produção de ideias, suas representações e formas de consciência são necessariamente condicionadas pela produção material. Para tal, a religião deve estar inserida em seu contexto histórico e analisada para além de seu discurso, mas, sobretudo em sua prática cotidiana.

Para tanto, esse texto se propõe a uma breve análise do projeto político/religioso desenvolvido pela IURD desde sua criação, a intolerância religiosa com as matrizes afro-brasileiras e os conflitos que gera na sociedade civil.

A IURD E O NEOPENTECOSTALISMO.

O pentecostalismo tem sua origem no Brasil no início do século XX, com a vinda do missionário Louis Francescon. De 1910 a 1950, contou com a implantação da doutrina por todo o país a caracterizando como anticatólica (ênfase na crença do batismo pelo Espírito Santo), ascética (refreia os prazeres mundanos em defesa da plenitude da vida moral e espiritual) e sectária (seguidora de uma seita com apego exagerado a um ponto de vista, intolerante).

Nas décadas de 50 e 60, o movimento religioso entra em seu segundo momento, expande a base de suas igrejas, amplia a doutrina na aceitação do dom da “cura divina”, no proselitismo (empenho de converter uma ou várias pessoas a uma determinada ideia e/ou religião) e na conversão em massa.

Na década subsequente novos contornos são incorporados, com a criação da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) em 1977, no Rio de Janeiro, sob liderança de Edir Macedo, personagem autointitulado “bispo” da organização religiosa. Tal movimento

denominou-se de neopentecostalismo, apresentando como características fundamentais a utilização da mídia (eletrônica, impressa e editorial), técnicas de administração empresarial (marketing, planejamento estatístico, análise de resultados etc.), a prática da Teologia da Prosperidade, o abrandamento no ascetismo e a centralidade na batalha espiritual contra outras denominações religiosas, como as de origem afro-brasileiras e o espiritismo.

Desse modo, tem como fundamento doutrinário a eliminação do demônio no mundo, enxergando nas demais religiões o seu pequeno engajamento na atividade ou até mesmo o campo para atuação demoníaca. Assim vários serão os pontos de contraposição criados pelo neopentecostalismo para o combate das religiões africanas: 1) projeção no panteão afro com a imagem do demônio; 2) libertação pelo sangue de Jesus em oposição às oferendas; 3) Libertação religiosa por meio da conversão e 4) Batalha espiritual para expulsão demoníaca supostamente advinda dos cultos afros.

Nota-se que desde a criação da IURD diversas matérias impressas e posteriormente programas televisivos intensificaram a guerra santa contra toda obra das religiões afro-brasileiras, destacando a publicação de Edir Macedo: *Orixás, caboclos e guias. Deuses ou demônios?* de 1988, que ataca contundentemente essas doutrinas religiosas, além de expor diversos cultos para julgá-las como demoníaca.

Mas, a perseguição não se dará apenas em seu discurso e propaganda, sim, e principalmente, em sua prática, com invasões a terreiros visando à destruição de altares, a quebra de imagens, exorcismo de frequentadores, agressões físicas, sequestro de membros, passeatas, expulsão de religiosos de seus bairros, expulsão de religiosos de seus bairros, ataque a festas e a membros caracterizados com vestes religiosas (turbantes e roupas de santo), como ocorridos no Centro Espírita Irmãos Frei da Luz (RJ), na Tenda Espírita Antônio de Angola (RJ) e em diversos terreiros soteropolitanos, recifenses e maranhenses.

A intolerância religiosa atinge, inclusive, contornos políticos.

Recentemente com a inclusão da temática “História e Cultura Afro-brasileira” alguns evangélicos neopentecostais protestaram contra a aplicação pedagógica do tema, como no caso da coordenadora pedagógica de Berfold Roxo (RJ) e do vereador Antônio Urbano da Silva, que denominou a obra de “livro do demônio”.

Com a crescente participação de pastores neopentecostais na política sua intervenção e perseguição ampliam-se. Atualmente a bancada evangélica corresponde a um terço do Congresso Nacional, sendo que apenas o PRB (Partido Republicano Brasileiro), partido criado em 2003 por membros da IURD, possui 1 senador, 32 deputados estaduais, 21 deputados federais, 1 ministério (esporte – George Hilton) e 1174 vereadores por todo o país. Deste modo, amparam sua intolerância religiosa na manipulação política e influência que exercem sobre a sociedade.

Se o cenário apresenta-se de modo ofensivo e ostensivo em relação às religiões de matriz afro-brasileira até meados de 2010, a criação do projeto “Gladiadores do Altar” amplia as atenções sobre as intenções do grupo criado.

FORÇA JOVEM UNIVERSAL E OS GLADIADORES DO ALTAR

O grupo “Gladiadores do Altar” se insere em um projeto mais amplo que é denominado de Força Jovem Universal, (FJU) da Igreja Universal do Reino de Deus, que visa alcançar a juventude por meio de atividades culturais, sociais, educacionais, esportivas e espirituais, todas amplamente veiculadas por seus meios midiáticos.

Criado no início de 2015, o grupo aparente de milícia paramilitar preocupa as religiões afro-brasileiras que temem o aumento dos casos de intolerância religiosa no país, afinal o cerne da teoria pentecostal está na ideia de uma “guerra invisível”.

Assim, ao observarmos o grupo destaca-se sua ornamentação militar, desde a indumentária, performances, símbolos e discurso. O logotipo criado pelos “G.A” se insere sobre uma espada e escudo, símbolo dos escravos lutadores na Roma Antiga que duelavam até a morte ou o

desarmamento de seu inimigo. Suas vestes assemelham-se aos dos exércitos contemporâneos, com exceção das botas. As marchas, a continência e palavras de ordem são constantes nas exposições, principalmente referenciando "O Altar" como objeto de conquista e a situação de estarem "prontos para a batalha". Se na linguagem verifica-se a temática da guerra, a prática induz ao mesmo objetivo.

Além dos diversos elementos alusivos, o fanatismo religioso fica explícito assemelhando-se a exércitos fundamentalistas que ao homogeneizarem seus pensamentos combatem o "mal" e seu "inimigo". E nos resta a dúvida de quem será o alvo do grupo.

Sendo assim, em 23 de março, representantes do candomblé e da Umbanda entregaram ao Ministério Público Federal um pedido de abertura de inquérito civil para investigar possíveis casos de intolerância religiosa. O Ministério Público Federal anunciou que vai instaurar inquérito civil com base na representação contra a intolerância religiosa protocolada por representantes de religiões de matriz africana.

A CHARGE E A IURD

A charge criada por Victor Teixeira é uma crítica aos Gladiadores do Altar. No desenho um homem com capacete de gladiador e



uma camiseta com o símbolo da Universal enfia uma espada em uma mãe de santo, sua escolha deve-se ao tratamento que a igreja dá às religiões de matriz africana. Em suas palavras:

"Minha intenção foi denunciar uma empresa que, a meu ver, está endossando a criação de uma suposta milícia. E não sou apenas eu que acho isso, tanto que o assunto foi levado ao Ministério Público. Estou debatendo a iniciativa de uma empresa, com sede internacional, com um poderoso grupo de mídia por trás de si e com uma assessoria jurídica que usou todo seu poder contra um cartunista independente. Eles dizem que não irão me processar porque retirei a charge 'voluntariamente', mas que opção eu tinha?"

Destaca-se que a assessoria jurídica da Igreja Universal do Reino de Deus pressionou extrajudicialmente o cartunista a retirar de sua página no Facebook a charge que, segundo a IURD incita a intolerância religiosa. Mesmo com a retirada "voluntária", a IURD decidiu pedir a retirada da sua página do ar. Além do temor criado pelo grupo paramilitar, o grupo religioso ainda cerceia

as liberdades individuais daqueles que criticam seu projeto político/religioso e

desrespeita a própria Constituição Federal que prevê as liberdades religiosa e de expressão e, principalmente, a criação de um Estado Laico.

CONCLUSÕES

Torna-se de extrema importância observar o movimento pentecostal e seus seguidores, que nas últimas décadas passaram de 10,4% em 2000 para aproximadamente 15,2% em 2015. Nessa perspectiva a IURD com seu projeto político/religioso objetiva legitimar-se no poder, instaurar a ordem e até mesmo projetar-se enquanto uma entidade imperialista que aos poucos vem expandindo sua sede pela América Latina e África. Em contraposição, as religiões afro-brasileiras que historicamente foram perseguidas pela Igreja Católica e posteriormente pelo Estado Republicano, desenvolvem seu caráter revolucionário, de resistência e consequentemente capaz de sublevação.

Simultaneamente observa-se a formação de uma milícia "fascista", amparada por amplo poder político que aos poucos se fortalece e nos remete a grupos (camisas negras, SS, camisas prateadas, entre outros) que se voltaram contra os trabalhadores e suas organizações e não apenas contra sua religiosidade. Para tal, é necessário reforçar o caráter laico do Estado brasileiro, a importância da liberdade e da tolerância religiosa.

SOMOS TODAS VERÔNICA! PELO FIM DA TRANSFOBIA!

No dia 10 de abril a travesti Verônica Bolina foi presa por agredir uma mulher de 73 anos em seu apartamento. Algum tempo depois foram divulgadas fotos de Verônica com o rosto deformado, cabelo raspado, seios à mostra, calça rasgada e algemada nas mãos e pés. Assim iniciou o levante de diversas organizações e movimentos sociais indignados com tamanha violência.

Devido à proporção que o caso tomou, pouco depois foi divulgado um depoimento de Verônica informando que não foi torturada e que os policiais agiram de maneira necessária para conseguirem contê-la, visto que chegou a morder a orelha de um carcereiro durante a prisão.

Essa é mais uma forma de pressão psicológica bem conhecida para amenizar qualquer possibilidade de indiciar os

policiais pelo crime cometido. No dia 17 a promotora pública Luciana Fruguele, do Grupo Especial de Controle Externo da Atividade Policial (Gecep), que acompanha o caso, informou que Verônica mentiu no áudio por receber promessas de diminuição de pena. O caso também está sendo acompanhado pelo Centro de Cidadania LGBT – Arouche, que também se posicionou contrário às agressões policiais.

Aqui não trataremos de tornar Verônica inocente ou culpada. Questionar e defender seus direitos não significa inocentá-la da agressão que realizou, mas afirmar que não se justifica a violência que recebeu dos policiais. Também precisamos reconhecer que foi mais um caso de transfobia, ou seja, violência aplicada por ser, Verônica, uma

travesti, já que essa população é ainda muito discriminada e marginalizada.

TRANSFOBIA: DA DESLEGITIMAÇÃO DAS IDENTIDADES T À VIOLÊNCIA CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

O termo transfobia foi designado para definir o preconceito com a identidade de gênero travesti e transexual. Essa população ainda é compreendida como passíveis de chacotas e humilhações, não sendo compreendidas sequer como pessoas humanas. O sistema capitalista é assim. Capaz de impor a parcelas da classe um maior nível de opressão garantiu às travestis um intenso retrocesso em relação ao seu reconhecimento social. No início do desenvolvimento da sociedade de classes estas "eram altamente respeitadas. Eram consideradas possuidoras de poderes especiais e eram consultadas

sobre assuntos importantes, sendo muitas vezes destacadas nas cerimônias religiosas” (Hiro Hokita).

Hoje se reserva a essas pessoas a marginalidade e a prostituição e, quando possível, um emprego formal precarizado. Na televisão e nas mídias sempre são retratadas como personagens cômicas, geralmente representadas por atores homens que fazem o papel de modo a ridicularizar essa posição. Aos homens transexuais nem isso cabe, é ignorada a sua existência e quase nunca são mencionados em qualquer espaço.

Quanto ao Estado, apesar de algumas iniciativas, ainda rasteja as possibilidades de garantir os direitos básicos, corroborando ainda mais com a violência multidimensional que sofrem. Pois, além da violência física, moral e psicológica que são submetidas diariamente há também a violência estrutural promovida pelo Estado que não proporciona o mínimo de dignidade para a realização de suas demandas básicas como moradia, emprego, alimentação, etc. Muitos políticos não têm interesse em garantir esses direitos básicos, pois efetivam sob diversos discursos transfóbicos, burgueses e ainda com argumentos religiosos a deslegitimação dessas identidades, explicitando, inclusive, o descumprimento da laicidade do Estado.

A constatação dessa violência através de registros oficiais ainda é difícil, seja porque a maioria dos casos não é registrada, seja por termos meios de coleta de dados ainda ineficientes para garantir números que condizem com a realidade. Até pouco tempo atrás os registros de violência contra a população T eram considerados como casos de homofobia! Tamanho desconhecimento sobre esta população, pois ainda se confunde muito identidade de gênero com orientação sexual (Veja quadro abaixo).

De qualquer maneira, é muito grave a situação. Segundo a Ouvidoria Nacional e o Disque Direitos Humanos (Disque 100) de 2011 a 2014 foram coletadas 7.649 denúncias de violência contra LGBTs, sendo que 16% eram contra travestis e transexuais. Em 2014 esse número subiu para 20%, com o aumento de 232 registros de denúncias.



O RECONHECIMENTO DAS IDENTIDADES PASSA PELA CONQUISTA DE DIREITOS!

No Brasil, pouco ou praticamente nada se avançou para a conquista de direitos T.

A começar pelo uso do nome social, visto que em algumas cidades já realizam a troca em documentos, não temos nenhuma Lei Federal que garanta que qualquer travesti ou transexual possa adotar o nome condizente com sua identidade, isso implica em diversos transtornos na vida dessas pessoas, seja na UBS, na conquista de um emprego, na matrícula escolar, etc. Praticamente em qualquer espaço que ocupe corre o risco de constrangimento e/ou impedimento de usufruir dos serviços. Em muitos casos, como o de Verônica, é comum essa população ser denunciada por falsidade ideológica!

Além disso, na Saúde ainda vivem muitas impossibilidades de conseguirem a realização do tratamento hormonal e do procedimento cirúrgico de redesignação sexual. No Brasil existem poucas clínicas especializadas em tratamento para travestis e transexuais. As filas de esperas para realização da cirurgia são gigantescas. O SUS não dá conta de realizar toda a demanda, assim muitas pessoas acabam indo fazer essas cirurgias com médicos ilegais que mutilam seus corpos, além de realizarem implante de silicone e tratamento hormonal por conta própria, o que acarreta em diversos efeitos colaterais, chegando inclusive à morte em alguns casos. Mas, mesmo que sigam todo o procedimento legal, sofrem diversos constrangimentos como a obrigatoriedade de acompanhamento psicológico, em que nem sempre temos profissionais qualificados para um atendimento a essa população. Tem ainda a constatação no CID (Código Internacional de Doenças): transtorno de transexualismo, compreendendo, sob o olhar psiquiátrico, a construção de identidade de gênero como uma doença a ser tratada.

Assim, vemos o quanto ainda estamos engatinhando na defesa do reconhecimento e da dignidade das travestis e de transexuais. A cisnormatividade (1) ainda impera e

coloca toda essa população à precarização e marginalidade. Assim, sob esse rompante moralista e transfóbico mantém-se um setor da classe trabalhadora violentado e silenciado, o que colabora e fortalece o sistema capitalista com trabalhadores/as ainda mais divididos/as o que dificulta sua superação. É necessário avançarmos também nessa luta para a conquista de direitos básicos e buscarmos a organização dessa população em busca da conquista de um sistema social que respeite e garanta a dignidade humana para todas/os! Pelo fim da transfobia! #somostodasverônica!

Notas

(1) Cisnormatividade diz respeito ao padrão de compreensão e atuação social sob a ótica da sexualidade e do gênero do que é o considerado “normal” como sendo a forma de identidade cis (oposto a identidades transexuais e travestis), dessa maneira deslegitima toda a população T.

O QUE É O QUE?

Nesse curto espaço não iremos expor todos os elementos sobre as questões de sexualidade e o gênero, mas que seja um início de compreensão acerca dessas nomenclaturas:

SEXO: Diz respeito ao órgão genital e ao corpo que nascemos (com pênis – masculino; com vagina – feminino).

IDENTIDADE DE GÊNERO: Compreende uma construção social a partir de constructos que se definem historicamente na sociedade, resvalando na individualidade de cada pessoa. Pode uma pessoa se constituir enquanto homem, mulher ou fugir a esse binarismo, se entendendo enquanto outras possibilidades de ser, ou até se mantém na transição de ambos os gêneros apresentados. A identidade de gênero nada tem a ver com o sexo de nascimento, assim pessoas que nascem com pênis e se constroem como mulheres são travestis e transexuais, já pessoas que nascem com pênis e se constroem como homens são pessoas cissexuais.

ORIENTAÇÃO SEXUAL: É a forma como a pessoa constrói a sua sexualidade e afetividade, sejam homossexual (pessoas que se sentem atraídas por outras do mesmo gênero), heterossexual (pessoas que se atraem por outras do gênero que não é o seu), bissexual (pessoas que sentem atração por homens e mulheres) e panssexual (pessoas que sentem atração por qualquer pessoa independente do gênero).

O QUE É SOCIALISMO?

DUAS DIFICULDADES

A resposta a essa questão enfrenta dois problemas. O primeiro se relaciona ao fato de que o desenvolvimento da humanidade, com frequência, cria possibilidades novas, antes inexistentes, que fazem com que a imaginação do que seria o seu futuro seja, quase sempre, uma tarefa inútil. Marx e Engels recusaram todo futurologismo, isto é, dizer como seria uma sociedade em que não houvesse a exploração do homem pelo homem. **Essa a primeira dificuldade:** não é possível afirmar com precisão aquilo que os seres humanos poderão fazer no futuro.

A segunda dificuldade diz respeito ao próprio socialismo.

Escravidão, feudalismo e capitalismo, nós sabemos o que são. São as formas de organização social que se baseiam nas formas típicas do trabalho explorado (do trabalho alienado). O trabalho escravo é a base do modo de produção escravista, o trabalho do servo é o alicerce do feudalismo e, o trabalho proletário, do capitalismo (1).

Comunismo – ainda que nunca o tenhamos conhecido – também tem uma definição clara, precisa: é o modo de produção que tem por base o trabalho associado (ou seja, não alienado, não explorado). Por não ter por base a exploração do homem pelo homem, o comunismo será uma forma de organização social sem Estado, propriedade privada, classes sociais ou família monogâmica (trataremos do comunismo no próximo Jornal Espaço Socialista).

Socialismo, contudo, é algo diferente. O socialismo é a etapa histórica de transição entre o modo de produção capitalista e o modo de produção comunista. Suas características dependerão, portanto, de onde se iniciar a transição. Em uma sociedade mais desenvolvida, as tarefas imediatas da transição serão muito diferentes das de

uma sociedade mais atrasada. Dependendo do patamar do desenvolvimento das forças produtivas, a humanidade pode ter problemas, desafios e possibilidades muito diferentes para a transição do capitalismo ao comunismo.

Por isso, ao contrário do capitalismo, do feudalismo, do escravismo e do comunismo, o socialismo só pode ser definido como uma transição. Diferente do capitalismo que tem em sua base o trabalho proletário, do feudalismo que se alicerça no trabalho servil, do modo de produção escravista, que se baseia no trabalho escravo, o socialismo é a passagem do trabalho proletário ao trabalho associado, da sociedade capitalista à sociedade comunista. Não há um modo específico de trabalho (como o trabalho escravo, o proletário, etc.) que seja a base do socialismo. Nesse preciso sentido, o socialismo não é um modo de produção, mas a passagem do modo de produção capitalista ao modo de produção comunista.

Dentro de limites – portanto, sem futurologismo e sem perdermos de vista o seu caráter passageiro, transitório – é possível dar uma resposta à questão sobre o que é o socialismo.

A RESPOSTA

Marx e Engels conheceram apenas uma experiência revolucionária que deu os primeiros passos dessa transição: a Comuna de Paris, de 1871. Os trabalhadores formaram, por 73 dias, um governo próprio – e a forma dessa organização serviu para as primeiras análises sobre a transição. Nós conhecemos, no século 20, várias experiências revolucionárias (Revolução Russa, Revolução Chinesa, Guerra Civil Espanhola, etc.), que também, cada uma a seu modo, com suas diferenças, serve de exemplos para nosso estudo. Os processos revolucionários e os primeiros momentos da consolidação do novo poder fornecem indícios interessantes para respondermos a questão sobre o socialismo, já que alguns elementos estiveram sempre presentes:

1) a tomada do poder pelos trabalhadores tem sido, sempre, o resultado de uma intensa luta contra os

Dando continuidade aos textos de formação escritos por Sérgio Lessa, apresentamos uma brevíssima introdução ao conceito de socialismo. Reiteramos que esses artigos são “provocações” a que todos nós aprofundemos as reflexões sobre essas questões. O próximo será sobre algumas razões de as revoluções do século XX terem resultado em regimes totalitários.

exploradores. Nessa luta, as forças armadas, a polícia, o Estado, a burocracia e todos os instrumentos que servem para manter os trabalhadores sendo explorados pelos capitalistas começam a se dissolver, até desaparecerem quase completamente. No interior das fábricas e das fazendas, proletários e camponeses tomam o poder e começam a organizar, eles próprios, a produção. A dissolução do velho poder é causada pela pressão das massas revolucionárias, pelos embates e pela violência que é inerente a todas as revoluções.

No ano de 1917, na Rússia, o exército e a política, a burocracia estatal e o governo foram perdendo forças e sendo substituídos pela auto-organização dos trabalhadores e soldados. Eles criaram uma forma nova de organização do poder militar e político, o soviético (conselho). O soviético era muito parecido a como os trabalhadores organizaram seu autogoverno na Comuna de Paris, quase 50 anos antes.

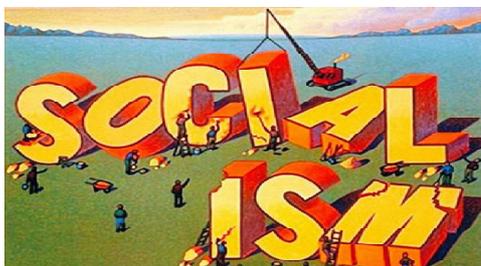
A mais visível característica do socialismo é a destruição do velho Estado da classe dominante, a dissolução de todos os instrumentos que serviam para dominar os trabalhadores e sua substituição por uma nova forma de poder.

2) A nova forma de governo é a auto-organização dos trabalhadores.

Para dar conta das tarefas de transição ao comunismo, nas experiências que conhecemos, essa nova forma sempre assumiu algumas características:

⇒ termina a separação entre o legislativo e o executivo, típico dos governos burgueses. Agora, o mesmo corpo que toma as decisões também as leva à prática, os acertos e os erros podem ser rapidamente aproveitados ou corrigidos, conforme o caso.

⇒ os representantes dos trabalhadores são, mesmo, “representantes”. Ou seja, são eleitos para cumprirem determinadas tarefas por um período limitado de tempo e, se não corresponderem aos que representam ou se não forem capazes de cumprir as tarefas, podem ser substituídos



por um novo representante também indicado pela base – autonomamente, sem qualquer autorização ou controle de qualquer instância que seja.

⇒ os representantes não podem ser sempre os mesmos, há rotatividade.

⇒ o salário de um representante é o mesmo que de um trabalhador.

3) a repressão social fica a cargo dos trabalhadores em armas. Não haverá mais um exército profissional, policiais, carcereiros etc., os próprios trabalhadores, em armas, organizarão as formas que ainda forem necessárias de repressão. Sendo um governo e uma força pública armada dos trabalhadores, a repressão será contra as forças da contrarrevolução e, não, sobre os trabalhadores. Milícia, no dizer da Comuna de Paris, não mais um exército e polícia como é na ordem burguesa.

4) Um governo formado por representantes dos trabalhadores (que podem ser removidos a qualquer momento pela base, lembremos), uma milícia composta pelos trabalhadores em armas são iniciativas que se articulam com a organização da vida social em novas bases. Como será organizada a produção em cada fábrica, em cada cidade ou como será organizada a Educação em cada bairro, como serão criadas as crianças menores, como será o abastecimento de água, energia elétrica, etc. – são questões, entre muitas outras, que serão decididas pelas pessoas e comunidades diretamente envolvidas. A autonomia dos indivíduos e a autonomia das comunidades locais são condições para a cooperação voluntária e consciente de todos os indivíduos que compõem a humanidade.

O TRABALHO ASSOCIADO

Todavia, essas profundas e importantes inovações que a revolução traz para a organização política e social não são suficientes para conduzir o processo de transição ao comunismo, porque se limitam às esferas da política e da vida social. Se essas inovações não forem, ao mesmo tempo, acompanhadas pela substituição crescente pelo trabalho associado do trabalho proletário (isto é, o trabalho explorado do modo de produção capitalista), o capital voltará a dominar a sociedade mais cedo ou mais tarde. A consolidação e o avanço político e social que a revolução traz não podem se consolidar e avançar para o comunismo se não houver a substituição

do trabalho proletariado pelo trabalho associado em um espaço de tempo não muito longo. Temos, com isso, a quinta característica importante do socialismo: o revolucionamento da produção pela entrada do trabalho associado.

O trabalho associado apenas pode existir em condições sociais muito específicas: a capacidade produtiva deve ser muito maior do que todas as necessidades de todos os indivíduos que compõem a humanidade. Marx e Engels calculavam que, em seus dias, se todos os indivíduos capazes trabalhassem, seria preciso uma jornada de 40 horas por semana para produzir tudo o que a humanidade necessitava. Hoje, precisaríamos trabalhar poucos minutos por dia (2).

Esse é o significado da abundância: no modo de produção capitalista, para que os lucros sejam os mais elevados, aqueles que trabalham precisam cumprir jornadas de 8 ou mais horas por dia, enquanto uma enorme parte dos trabalhadores é condenada ao desemprego. No socialismo, pelo contrário, precisaríamos trabalhar ridiculamente pouco para produzirmos o que necessitamos.

Na esfera da produção, a primeira tarefa do socialismo é trazer todos para trabalhar. Não apenas os desempregados, mas TODOS. Isso significa que passarão a trabalhar todos aqueles que exerciam atividades como a polícia, o exército (que deixaram de existir), o funcionalismo público, os empregados nos sistemas administrativos das empresas, etc. A jornada de trabalho deve ser rapidamente reduzida de forma significativa – devendo se reduzir cada vez mais conforme se avança para o comunismo.

Como todos estarão produzindo para o consumo de todos, como se trabalha muito menos horas e consome-se muito mais do que na velha ordem burguesa, o interesse comum passa a ser a mais

eficiente colaboração de todos com todos. Quanto melhor a colaboração, todos trabalham menos e, ainda, podem consumir, assim o desejando, ainda mais. A colaboração (não mais a concorrência) passa a ser a necessidade cotidiana de todos. A organização da produção vai deixando de ser a organização e controle das pessoas para se concentrar na administração das coisas e dos processos de produção: algo muito mais simples e que não requer todos os mecanismos de controle da produção capitalista.

Necessitando-se de um menor controle precisam-se de menos pessoas a ele dedicadas: mais gente pode ser deslocada para a produção, com isso a jornada de trabalho pode ser ainda menor e assim sucessivamente. A economia passa a funcionar por outro critério: ao invés do lucro, o “tempo disponível” para todos viverem a vida que desejarem. Quanto menos tempo necessário de trabalho, maior o “tempo disponível”.

O trabalho no socialismo deixa de ser exercido pelo controle da classe dominante sobre os trabalhadores e passa a ser a colaboração livre, voluntária e consciente de todos os seres humanos com a finalidade de produzirem o que necessitam. Isto é o trabalho associado.

A substituição, a mais rápida praticável, do trabalho proletário pelo trabalho associado é o que caracteriza o socialismo do ponto de vista da produção: como vimos, esta é sua quinta característica, ao lado da substituição do Estado pela Comuna ou Soviet, a substituição do exército e da polícia pela milícia dos trabalhadores em armas, a criação de um governo com representantes que podem ser removidos a qualquer momento pela base e que recebem o mesmo salário dos trabalhadores e, por fim, a auto-organização e autonomia dos trabalhadores em todas as esferas, mas principalmente na produção.

Tudo isso nos conduz à sexta característica do socialismo: a Internacional

A INTERNACIONAL

A humanidade hoje se organiza em países. Os países são, se bem analisados, nada mais do que um território dominado por um Estado que é a expressão política do domínio de uma classe exploradora sobre os trabalhadores. O que hoje se chama de nação ou de país – e o



patriotismo que faz parte de sua ideologia – nada mais são do que a expressão, em nossos dias, do domínio da burguesia sobre o proletariado em um território determinado.

No mundo que conhecemos, a concorrência existente entre as classes dominantes se expressa na concorrência, que leva à guerra, entre os países. A cooperação de todos os trabalhadores, de todos os países vai eliminar a concorrência e a oposição entre as nações que hoje conhecemos. Apenas será possível reduzir a jornada de trabalho de forma significativa se a cooperação entre os trabalhadores dos, hoje, distintos países for se tornando cada vez mais forte e intensa. Uma cooperação internacional dará origem a uma organização mundial dos trabalhadores.

Daqui a sexta característica importante do socialismo: não haverá mais países e fronteiras como hoje conhecemos. Todos os humanos serão cada vez mais (lembramos: o socialismo é um processo de transição ao comunismo) trabalhadores associados e, cada vez mais, a cooperação internacional imporá uma organização internacional da produção. Esse governo internacional dos trabalhadores é o que o movimento revolucionário clássico (isto é, da época de Marx, Engels, Lenin, Rosa Luxemburgo, etc.) denominava de a Internacional. A criação e fortalecimento da Internacional, o governo mundial dos trabalhadores é a sexta característica importante do socialismo.

SOCIALISMO E COMUNISMO

Frente ao capitalismo, o socialismo é quase um paraíso que parece impossível de ser atingido.

Trabalhar um ou mais dias por semana, ter acesso a todos os bens produzidos pela humanidade, participar das decisões e do poder todos os que trabalham é, para nossos dias, um paraíso quase inimaginável (lembramos, o velho Estado será substituído pela milícia dos trabalhadores em armas e pela auto-organização dos trabalhadores).

Todavia, ainda não é o comunismo. O socialismo, por ser uma fase de transição, ainda contém restos do velho passado. A classe dominante, enquanto existir tentará sabotar a produção, inviabilizar o socialismo e para impedir a milícia dos trabalhadores em armas é imprescindível. Apenas pela força

pode-se impedir a contrarrevolução: pois é sempre pela força que a contrarrevolução tenta impor novamente a exploração dos trabalhadores.

Nesse período de transição, ainda haverá a luta de classes e, por isso, a milícia dos trabalhadores em armas é tão decisiva, repetimos. Ainda que seja a repressão da enorme maioria da população contra a minoria, ainda assim é uma situação histórica em que a força ainda decide para onde vai a humanidade. No socialismo a sociedade é muito mais “democrática” que qualquer democracia burguesa, pois é a maioria que reprime a minoria, não o inverso. Mas ainda é a força e a violência, como dizia Marx e Engels, a “parteira da história”.

Por isso, Marx, Engels, Lenin, Rosa Luxemburgo entre muitos denominaram de Ditadura do Proletariado o novo governo revolucionário. Ditadura porque – sem a hipocrisia da ideologia burguesa – assume-se abertamente a repressão sobre os contrarrevolucionários. E proletária porque irá desaparecer tão logo as classes sociais tenham desaparecido, com a transformação de todos em trabalhadores.

O máximo da justiça que teremos no período socialista será o de “igual remuneração para trabalho igual”. Quem trabalha tem acesso aos bens produzidos na proporção em que contribuir para a produção. Frente ao mundo burguês, é um enorme avanço: mas, ainda, é essencialmente injusto. Os indivíduos humanos são diferentes entre si, suas necessidades pessoais e sua capacidade de produção individual não são as mesmas. Tratar os indivíduos como iguais (um enorme progresso frente à “justiça” burguesa) é, no fundo, uma vasta injustiça. No comunismo, teremos um critério verdadeiramente justo: “a cada um, de acordo com sua necessidade; de cada um, de acordo com sua capacidade”.

CONCLUSÃO

O socialismo, portanto, é a finalidade primeira de todo movimento revolucionário. Derrubar a ordem burguesa e implantar o socialismo significa abrir a transição para o modo de produção comunista. Mas é apenas a finalidade primeira: o real objetivo dos revolucionários é o comunismo. E há uma razão básica para ser assim: se o trabalho proletário, portanto, explorado, não for superado completamente pelo trabalho



associado, os problemas históricos que hoje a humanidade enfrenta não poderão ser solucionados e, ainda, as enormes possibilidades de desenvolvimento que temos hoje não poderão ser aproveitadas. Em poucas palavras: o poder do capital retorna e as misérias do trabalho proletário voltam a ordenar a vida social.

O comunismo é claramente definido: um modo de produção fundado no trabalho associado, sem exploração do homem pelo homem, sem propriedade privada, sem Estado e sem patriarcalismo (sem família monogâmica). O socialismo é a transição histórica do capitalismo ao comunismo. As principais tarefas dessa transição: ir substituindo o trabalho proletário pelo trabalho associado; destruir o velho Estado e o substituir pelo autogoverno dos trabalhadores, criar e fortalecer a Internacional. Essa é a tarefa histórica imediata dos revolucionários em nossos dias.

Notas

(1) Como vimos em “As classes sociais”, são dessas formas de trabalho que brotam as diferentes classes sociais, são essas formas de trabalho que determinam a essência de cada modo de produção baseado na exploração do homem pelo homem.

(2) Há cálculos que indicam que precisaríamos trabalhar cerca de 6 minutos por dia para produzirmos tudo o que necessitamos.

INDICAÇÕES PARA LEITURA

O texto mais interessante para se iniciar o estudo é de Lenin, *O Estado e a Revolução*. De Marx, três textos são esclarecedores: *As lutas de classe na França, em que analisa a Comuna de Paris*, *a Crítica ao Programa de Gotha* e, com Engels, *O manifesto comunista*. De Engels, muito útil é *Do socialismo utópico e científico* – mas devemos desconsiderar seu entusiasmo pela estatização dos meios de produção, um entusiasmo que a história não confirmou. De Ivo Tonet, *Sobre o socialismo* (Instituto Lukács) é o melhor texto produzido entre nós.